

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 160.255 - DF (2018/0206064-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
SUSCITANTE : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE GOIÂNIA- GO
INTERES. : JESSICA PENA DE PAULA
ADVOGADOS : SEBASTIÃO MELQUIADES BRITES - GO005876
MARIA DAS GRAÇAS SILVA BRITIS - GO025903
ADRIANO NAVES LABRE DE LEMOS - GO042415
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
INTERES. : PAULO ROBERTO LOPES RICCI
ADVOGADOS : ALTEMIR BOHRER - RS041844
VALERIA SANTORO - DF038662
VANESSA BORGES LIMA - DF030084

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE AUTORIDADE VINCULADA A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios -TJDFT em desfavor do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Goiânia - GO, nos autos de mandado de segurança impetrado por Jessica Pena de Paula em face de ato praticado pelo Vice Presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil no bojo de concurso público.

O *writ* foi ajuizado inicialmente perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Goiânia, que declinou da competência para uma das Varas Cíveis de Brasília, pelo fato da autoridade apontada como coatora ter sede na capital.

Distribuído os autos ao Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Brasília, este declinou a competência para a Justiça Federal, que declarou-se incompetente para o julgamento do feito, devolvendo os autos à Justiça Comum.

Ao retornarem para a 3ª Vara Cível de Brasília, esta proferiu sentença, denegando a segurança, o que deu ensejo ao recurso de apelação, no bojo do qual o TJDFT suscitou o presente conflito, sob o argumento de que compete a Justiça Federal processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato de dirigente de sociedade de economia mista que age por delegação do poder público, segundo jurisprudência do STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Como visto, o presente conflito foi suscitado no bojo de mandado de segurança cuja autoridade coatora apontada é dirigente do Banco do Brasil, sociedade de economia mista federal.

A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que compete à Justiça Federal processar e julgar mandado de segurança contra ato de autoridade vinculada à sociedade de

Superior Tribunal de Justiça

economia mista federal praticado em concurso público para provimento de cargos.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE DIRIGENTE DA TRANSPETRO. CONCURSO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Os recursos interpostos com fulcro no CPC/1973 sujeitam-se aos requisitos de admissibilidade nele previstos, conforme diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ.

2. **Compete à Justiça Federal julgar mandado de segurança no qual se impugna ato de dirigente da Transpetro, empresa subsidiária de sociedade de economia mista federal - Petrobras.** Precedentes: AgRg no CC 126.151/RJ, Rel. Ministro Ari Pargendler, Rel. p/ Acórdão Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 9/9/2015, DJe 10/2/2016, AgRg no CC 131.715/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 8/10/2014, DJe 10/12/2014.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 714.734/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 29/05/2017)

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. QUESTÃO DE FUNDO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. JULGAMENTO EM REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. MANDADO DE SEGURANÇA. DIRIGENTE DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCURSO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

(...)

5. **Nada obstante, mesmo na questão de fundo, pacífico o entendimento neste Tribunal Superior, consoante assentado em regime de repercussão geral pelo STF, de que compete à Justiça Federal o julgamento de mandado de segurança contra ato de dirigente de sociedade de economia mista, no exercício de delegação do poder público federal, incluído o ato atinente a contratação via concurso público, de envergadura constitucional, mormente considerando as consequências patrimoniais a serem suportadas pela União ou, como no caso, entidade por ela controlada.**

6. Agravo interno improvido (AgInt no REsp 1.588.607/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 20/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO EMANADO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS. MATÉRIA PACIFICADA PELO TRIBUNAL PLENO DO STF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Trata-se de Agravo Regimental em Conflito de Competência contra decisão monocrática exarada no sentido de declarar competente a Justiça Estadual para julgar Mandado de Segurança contra ato de autoridade

Superior Tribunal de Justiça

vinculada à sociedade de economia mista federal praticado em concurso público para provimento de cargos.

2. O **Supremo Tribunal Federal**, todavia, decidiu a matéria, sob o regime de Repercussão Geral (art. 543-A, § 1º, do CPC), em sentido contrário e assentou que, "sendo a sociedade de economia mista pessoa jurídica de direito privado, ela, na execução de atos de delegação por parte da União, se apresenta, inegavelmente, para efeitos de mandado de segurança, como autoridade federal (...)", não havendo "como se olvidar não ser competente, em tais casos, a **Justiça Federal**" (RE 726.035 RG, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe 5.5.2014).

3. Agravo Regimental provido (AgRg no CC 126.151/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Herman Benjamin, Primeira Turma, DJe 10/02/2016)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO DA TRANSPETRO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência para julgamento de Mandado de Segurança é estabelecida em razão da função ou da categoria funcional da autoridade apontada como coatora.

2. Hipótese em que o mandamus foi impetrado contra o Diretor Presidente da Transpetro/S.A., sociedade de economia mista.

3. **É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que compete à Justiça Federal julgar Mandado de Segurança no qual se impugna ato de dirigente de sociedade de economia mista federal.**

4. Agravo Regimental não provido (AgRg no CC 131.715/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/12/2014).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. PETROBRÁS. ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. VEDAÇÃO NA VIA RECURSAL ELEITA. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INVESTIDURA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PRÁTICA DE ATO DE IMPÉRIO PASSÍVEL DE SER IMPUGNADO PELA VIA DO MANDAMUS. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. TERMO A QUO. CIÊNCIA DO ATO DE EXCLUSÃO DO CANDIDATO DO CERTAME. PRECEDENTES.

1. O recurso especial não é a via recursal adequada para proceder à análise de dispositivos constitucionais, sob o ônus de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

2. **Este Sodalício firmou o entendimento jurisprudencial dominante de que a competência para julgamento de mandado de segurança é estabelecida em razão da função ou da categoria funcional da autoridade apontada como coatora. Desse modo, compete à Justiça Federal julgar mandado de segurança no qual se impugna ato de dirigente de sociedade de economia mista federal praticado no âmbito de processos seletivos destinados à seleção de pessoal. Precedentes.**

3. **Esse entendimento se aplica ao caso em tela, tendo em vista que a**

Superior Tribunal de Justiça

eliminação de candidato a processo seletivo público é ato imputado ao Presidente da Comissão de Concursos da PETROBRAS, autoridade pertencente à sociedade de economia mista, investida na função delegada federal, o mandado de segurança deverá ser processado e julgado pela Justiça Federal. Precedentes.

4. O prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança diz respeito à data em que o candidato foi informado a respeito da sua exclusão do processo seletivo, o que ocorreu, de acordo com o acórdão recorrido, em 13/08/2008. Tendo o mandamus sido impetrado 14 (quatorze) dias depois, não há que se falar, portanto, na consumação do referido prazo decadencial.

5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1344382/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 05/12/2012)

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INVESTIDURA. PETROBRAS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento contra decisão de 1º Grau que declinou da competência da Justiça Estadual, remetendo os autos à Justiça Federal para examinar Mandado de Segurança impetrado contra a Gerente de RH da Petrobras, o qual objetivava investidura de sujeito no cargo de inspetor interno de segurança.

2. Os atos praticados por dirigentes de sociedades de economia mista relacionados (como a Petrobras) com a contratação de pessoal não são considerados "mera gestão". Os dirigentes de tais sociedades estão legitimados a figurar como autoridade coatora. Precedentes do STJ.

3. Em Mandado de Segurança, a competência *ratione autoritatis* (em função da natureza da autoridade impetrada) impõe que o writ seja julgado pela Justiça Federal. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp 39.578/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 12/04/2012)

Ante o exposto, com base no art. 955, parágrafo único, do NCPC, e 34, XX, do RISTJ, conheço do conflito e declaro competente a Justiça Federal, ora suscitada, para que, afastada a preliminar de incompetência, prossiga no julgamento do mérito da impetração, decidindo-a como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator